

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – OFICIAL

Respostas aos recursos contra o gabarito preliminar oficial da Prova Objetiva

Página 1 de 2

Cargo: S01 - Primeiro-Tenente do quadro de oficiais policiais militares da polícia militar do Estado do Ceará

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
48 - A / 48 - B / 47 - C / 47 - D / 48 - E / 48 - F / 48 - G / 48 - H	<p>Item 5, página 10 da apostila de Direito Processual Militar (cf. também art. 144, §4º <i>in fine</i> CF/88 e art. 9º, II, “a” CPM).</p> <p><i>Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:</i> (...) II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados: a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado; (...)</p> <p><i>Art. 144 CF, § 4º- Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.</i></p>	INDEFERIDO	MANTER GABARITO
50 - A / 50 - B / 50 - C / 50 - D / 50 - E / 50 - F / 50 - G / 50 - H	<p>Item 7, página 15 da apostila de Direito Processual Militar (cf. art. 78, “c” CPPM).</p> <p><u>Rejeição de denúncia</u></p> <p><u>Art. 78. A denúncia não será recebida pelo juiz:</u></p> <p>a) se não contiver os requisitos expressos no artigo anterior;</p> <p>b) se o fato narrado não constituir evidentemente crime da competência da Justiça Militar;</p>	INDEFERIDO	MANTER GABARITO

c) se já estiver extinta a punibilidade;

d) se for manifesta a incompetência do juiz ou a ilegitimidade do acusador.

Segundo consta na apostila:

O artigo 78 do CPPM prevê que a denúncia não será recebida pelo juiz nos seguintes casos:

- I) se não contiver os requisitos formais da denúncia;
- II) se o fato narrado não constituir evidentemente crime da competência da Justiça Militar;
- III) se já estiver extinta a punibilidade;
- IV) se for manifesta a incompetência do juiz ou a ilegitimidade do acusador.

Portanto, a apostila e a legislação deixam claro o gabarito da questão: CERTO.